

**“MULHERES UNI-VOS! ”: O MOVIMENTO FEMINISTA E SUAS PRIMEIRAS
MANIFESTAÇÕES NO BRASIL (1832-1934)**

Vitória Diniz de Souza¹

RESUMO

O objetivo do presente texto é tecer algumas considerações sobre a trajetória do movimento feminista no Brasil nos seus “primeiros” cem anos, a partir da publicação do livro da escritora Nísia Floresta, *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, considerado como marco inicial desse movimento no Brasil, em 1832, até 1934, quando houve a conquista do sufrágio feminino na Carta Magna Brasileira. Em vista disso, partiremos de uma revisão bibliográfica sobre o tema e da análise de alguns periódicos feministas que circularam no Brasil durante o século XIX. Pretendemos, assim, discutir sobre os primeiros vestígios da luta feminista e suas principais representantes. Quais eram os ideais defendidos por essas mulheres e como esse movimento foi ganhando adeptas em todo o mundo. E, dessa forma, compreender como o feminismo é plural e diverso, e, como ao longo do tempo, incorporou diferentes pautas, se tornando cada vez mais abrangente. Isto posto, analisaremos as diferentes estratégias que utilizavam em prol da conquista de direitos e as divergências entre elas. Portanto, dialogaremos com as pesquisadoras sobre tema como Rachel Soihet (2013), Celí Regina Pinto (2003) e Branca Moreira Alves (1980).

PALAVRAS-CHAVE: História do Feminismo; História das Mulheres; Movimento Político.

INTRODUÇÃO

Na era das redes sociais as pautas feministas ganham cada vez mais defensoras e defensores pelo mundo. Todos os dias surgem páginas, sites, grupos na internet denunciando as injustiças sofridas pelas mulheres e apresentando soluções para os problemas enfrentados por elas. Suas reivindicações nem sempre foram as mesmas de hoje, assuntos como o aborto e a sexualidade foi por muito tempo evitado e temido por elas. Por isso, para entender esse movimento é preciso conhecer o contexto histórico de sua emergência e a situação vivida por essas mulheres.

Não há consenso sobre a origem do feminismo, o termo apareceu apenas no século XIX, entretanto, antes disso, já havia mulheres defendendo direitos. Por exemplo, durante a *Revolução Francesa* (1789-1799) uma mulher chamada Olympe de Gouges (1748-1793) criou a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* (1791) em resposta a

¹ Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) em 2017. Email: vitoria4218@gmail.com.

Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), que apesar do seu caráter liberal excluía as mulheres do direito à cidadania. Infelizmente, ela foi condenada à morte na guilhotina durante o *Período de Terror* (1793-1794), por causa da perseguição dos jacobinos àqueles que se opunham à sua política. Ela foi uma das mais atuantes opositoras ao radicalismo imposto por Robespierre durante a revolução, sendo acusada de “perigosa demais” com suas ideias.

Muitas outras manifestavam suas inquietações em relação ao tratamento recebido pelas mulheres na sociedade, como através da literatura, da imprensa, escondidas atrás de um pseudônimo masculino para poderem ter o direito de expressar suas opiniões. Ainda no século XIX elas reivindicavam o direito à educação, à cidadania e autonomia. Sendo que, no fim desse século a luta pelo voto se tornou símbolo do movimento. As sufragistas se tornaram alvo de simpatizantes e muitos opositores. Tendo elas no início do século XX aparecido bem organizadas e após pressionarem governantes e a sociedade progressivamente conquistaram esse direito.

No entanto, o voto não foi suficiente para a sua cidadania plena. As desigualdades ainda permanecem e são percebidas através do contraste financeiro, educacional, político, entre homens e mulheres. Nos anos 1960 emergiu um feminismo muito mais militante, elas defendiam o direito a sexualidade, ao controle reprodutivo, a poderem ter o domínio sobre seus próprios corpos. O direito ao aborto se tornou uma das pautas mais emblemáticas, todavia, não se resumiu a isso. Ao longo dos anos essas reivindicações foram se ampliando, o lema da diferença na diferença ganhara força. As mulheres negras apontavam as desigualdades entre elas e as mulheres brancas; e denunciavam a violência sofrida por elas devido ao racismo. Dessa maneira, o movimento feminista se tornou cada vez mais diversificado, incorporando a diversidade como parte dele.

A interseccionalidade foi adotada pelo feminismo como uma forma de compreender e combater as diferentes formas de opressão sofridas pelas mulheres. Conceito **batizado desta maneira por Kimberlé Williams Crenshaw**, professora da faculdade de direito da UCLA nos Estados Unidos, é feminista e especializada nas questões de raça e de gênero. Ela usou este termo pela primeira vez numa pesquisa em 1991 sobre as violências vividas pelas mulheres de cores nas classes desfavorecidas nos Estados Unidos, visto que todas as mulheres são oprimidas, mas nem todas da mesma maneira. Além de que entre elas também há relações de opressão e poder. Portanto, a história do feminismo é repleta de descontinuidades, sendo um movimento que incorpora cada vez mais a diversidade como um

dos seus lemas e assim conseguir representar mulheres negras, brancas, indígenas, lésbicas, transexuais, intersexuais, entre outras, apesar das suas divergências.

A globalização, intensificada com a chegada da internet, tornou o feminismo um movimento cada vez mais mundial. Campanhas como o *#metoo* de vítimas de assédio e violência sexual, ganhou adeptas em todo o planeta. No Brasil, temos o *#MexeuComUmaMexeuComTodas* e o mais recente *#EleNão*, contra a candidatura e possível presidência de um político assumidamente machista, racista e homofóbico, que ganhou as redes e também as ruas em 2018. O perfil consumidor delas também mudou, as propagandas estão cada vez mais preocupadas com o engajamento feminino, tendo sido utilizadas as pautas feministas nas publicidades de grandes empresas.

Dessa maneira, pretendemos através desse trabalho fornecer mais conhecimento sobre o feminismo e suas práticas há mais de um século atrás. Este texto tem caráter introdutório acerca desse tema tão abrangente, sendo um material relevante para quem está fazendo as primeiras leituras sobre o assunto. A escolha do recorte temporal entre 1832 e 1934 é devido as evidências do surgimento de um comportamento e militância feminista no Brasil do século XIX e sua organização coletiva no início do século XX. Definimos essas datas por causa da publicação do livro *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* (1832) de Nísia Floresta, conhecida como a primeira feminista do Brasil, até a conquista do voto pela Constituição de 1934. Discutiremos o caráter descontínuo do movimento e como esse termo foi apropriado de diferentes formas ao longo do tempo, tendo as pautas feministas se modificado nos contextos de seu aparecimento, divergindo entre elas. Isto posto, problematizaremos como as mulheres se organizavam politicamente em busca de direitos em um período muito mais restrito a participação feminina nesses assuntos.

ORIGENS DO FEMINISMO?

De fato, a história do feminismo não é possível de ser sintetizada em um artigo, por isso faremos um esboço da sua trajetória inicial, pelo menos discorreremos sobre o surgimento do termo e as reivindicações públicas relacionadas as ideias de “emancipação” e “direitos da mulher”. O feminismo é um movimento plural, não é uma organização, mas uma bandeira, um ideal. Em sua maioria, o que elas querem é viver em um mundo mais igualitário, em que mulheres tenham as mesmas oportunidades e direitos que os homens. Contudo, existem reivindicações e pautas divergentes entre os diferentes grupos. Em vista disso,

prefere-se utilizar o termo *feminismos*, para incorporar essas diferenças e caracterizar a heterogeneidade do movimento.

Á respeito disso, qual é a origem dessa palavra? Quem a utilizou com esse sentido pela primeira vez? Para a historiadora Michelle Perrot (2007, p. 154):

Sua paternidade é incerta. Atribuem-na a Pierre Leroux, inventor do “socialismo”. Com mais certeza a Alexandre Dumas Filho, em 1872, de maneira bastante pejorativa. Segundo ele, o feminismo era a doença dos homens suficientemente “efeminados” para tomar o partido das mulheres adúlteras, em vez de vingar a própria honra. Uns fracos, em suma.

Percebemos como as primeiras atribuições ao termo são de caráter pejorativo. O feminismo foi nomeado como uma “doença”, sendo que o fato de um homem ser efeminado naquela época era alvo de ridicularizações, baseadas em depreciações da figura masculina que possuísse qualquer traço de feminilidade em sua personalidade ou comportamento. Além da defesa de que os homens ao serem traídos devem vingar a própria honra, prática muito comum por muito tempo, pois eles se sentiam no direito de assassinar suas esposas ao suspeitarem de uma possível traição, sem haver alguma punição para isso.

Apesar disso, algumas mulheres se apropriaram do termo para manifestar sua militância como Hubertine Auclert em 1880. Segundo a historiadora Michelle Perrot (2007, p. 154) “nossa sufragista francesa, declara-se orgulhosamente ‘feminista’”. No final do século XIX termos como “sufragista” e “feminista” “a causa das mulheres” ou “movimento das mulheres” se popularizam na Europa.

Muitas mulheres se sentiam ameaçadas ou envergonhadas ao se nomearem feministas. Ao se intitulem dessa maneira, se defendiam, procuravam justificar seu posicionamento e sempre se distinguindo das radicais. Interessante é que esse costume ainda é comum na atualidade. Percebemos em relação a esse comportamento receoso a força dos estereótipos e estigmas associados a figura da feminista, vista como mulheres “raivosas”, “viragos” e “megeras”, odiosas para toda a sociedade.

Andréa Lisly Gonçalves (2006) afirma que nos Estados Unidos o movimento feminista nasceu da luta contra a Escravidão. Ela cita o caso da *1ª Convenção para o Direito das Mulheres* de 1848, realizada em Seneca Falls, Nova York. Considerado o marco inicial do feminismo no ocidente, esse encontro foi o desfecho de acontecimentos ocorridos em 1840. Nesse ano, as delegadas que participavam da *Convenção Mundial contra a Escravidão*, realizada em Londres, foram impedidas de participar das discussões sobre a abolição do trabalho escravo no Novo Mundo por serem mulheres e foram obrigadas a assistir como espectadoras. Em resposta, duas americanas que participaram do evento, Elizabeth Cady

Stanton e Lucretia Mott, resolveram responder ao insulto com a *Convenção de Seneca Falls*. A pauta dos trabalhos era bastante extensa, com uma discussão ampla sobre as condições sociais, civis e religiosa das mulheres, tendo dela resultado uma “Declaração de sentimentos e resoluções”, baseada no modelo da *Declaração da Independência dos Estados Unidos* (1776).

É difícil definir uma data para o surgimento do feminismo e até mesmo classificar um movimento que se manifesta em lugares e mediante formas e iniciativas as mais variadas. Por isso, podemos definir o século XIX como o começo por causa da eclosão de grupos e encontros de mulheres com o intuito de discutir essas questões, mas também, devido as mudanças sociais que se intensificaram a partir delas:

E, que, exatamente por ser um movimento, não se reduz apenas às mobilizações que se intensificam no século XIX em torno da “questão feminina”, mas corresponde ao processo crescente e com ritmos variados da participação feminina no espaço público, na atuação de porta-vozes que, a partir de lugares considerados como verdadeiros redutos femininos, como no caso da literatura, como se verá, se manifestam por meio da palavra escrita, da oratória, das publicações em jornais (GONÇALVES, 2006, p. 18).

Mulheres reivindicando direitos não é exclusividade do século XIX em diante, porém é nesse período que se encontra um número expressivo de mulheres protestando em diferentes lugares do mundo. As transformações urbanas e educacionais também proporcionaram as mulheres o lugar da palavra. Antes disso, havia mulheres que uma vez ou outra questionavam certas atribuições ao sexo feminino na sociedade, e também, em manifestações contra a opressão, como, por exemplo, na crise do *Absolutismo* francês que desencadeou a *Revolução Francesa*.

Na Inglaterra, a escritora Mary Wollstonecraft (1759-1797) que em 1792 publicou seu livro *Reivindicação dos direitos da mulher*, trabalho que inspirará muitas feministas. Em pleno século XVIII essa mulher, por meio da escrita, tornou pública suas insatisfações como a ausência de direitos permitidos as mulheres nesse período. Vale citar novamente o caso da militante francesa Olympe de Gouges, para percebemos que essas mulheres apesar de serem de diferentes lugares já se importavam em fazer críticas a condição social e política impostas as mulheres. Não podemos nos esquecer também do caso de Christine de Pisan (1363-1430c) uma poetisa e filósofa nascida em Veneza, mas que viveu grande parte de sua vida na França. Ela era conhecida por criticar a misoginia presente no meio literário da época, predominantemente masculino, e defender o papel vital das mulheres na sociedade. Sendo que foi a primeira mulher francesa escritora a viver do seu trabalho.

É fundamental que não compreendamos o feminismo como um movimento linear, nem homogêneo. A sua bandeira foi levantada por diferentes mulheres, de diferentes lugares

em torno de pautas relacionadas a igualdade de direitos, independência e respeito. Mesmo aquelas que assim não se nomeavam, mas lutavam diariamente por seus espaços. Apesar dessa nomenclatura ter sido adotada no fim do século XIX, ela foi apropriada e significada em torno de questões diferentes ao longo do século XX e agora no XXI. Para Michelle Perrot (2007, p. 155).

O feminismo age em movimentos súbitos, em ondas. É intermitente, sincopado, mas ressurgente, porque não se baseia em organizações estáveis capazes de capitalizá-lo. É um movimento e não um partido – apesar de algumas tentativas frustradas – que se apoia em personalidades, grupos efêmeros, associações frágeis.

Suas ações eram – e ainda são – variadas, sendo que elas se mobilizavam por meio de abaixo-assinados, reuniões, organizações, passeatas, entre outras. A escrita foi fundamental, o uso da palavra para argumentar também foi usado por modo da literatura e da imprensa. O feminismo age também por meio de alianças com grupos para fortalecer o movimento e a conquista de seus ideais. Discutiremos como elas se organizavam e se manifestavam ao longo deste trabalho e, dessa maneira, conhecer um pouco mais esse movimento tão interessante.

O FEMINISMO NO BRASIL DO SÉCULO XIX

Nísia Floresta é considerada a primeira feminista do Brasil. Nascida no Rio Grande do Norte em 1810, foi educadora, escritora e abolicionista. Admirada por intelectuais na Europa como Augusto Comte. Ela era uma figura transgressora em um país monárquico e escravocrata. Foi responsável pela tradução e adaptação a realidade brasileira do livro da inglesa Mary Wollstonecraft, com o título *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* em 1832. Por meio dessa obra, ela denunciou a opressão que a mulher vivia no espaço doméstico, conscientizando um significativo público feminino de seus direitos. Que apesar de ser uma tradução, Nísia Floresta se preocupou em transcrevê-la com um novo olhar, mais atento a condição feminina no Brasil, que tinha uma realidade distante da inglesa. Entre suas queixas estavam a questão da educação feminina, os direitos civis e políticos, direito à herança, posses e autonomia.

Segundo Constância Lima Duarte (2016), ao pesquisar sobre a imprensa feminina e feminista no Brasil do século XIX, constata-se que a literatura, a imprensa e a consciência feminista surgiram praticamente ao mesmo tempo no Brasil. Quando as primeiras mulheres tiveram acesso ao letramento, imediatamente se apoderaram da leitura, que por sua vez as levou à escrita e à crítica. E independentes de serem poetisas, ficcionistas, jornalistas ou professoras,

a leitura lhes deu consciência do estatuto de exceção que ocupavam no universo de mulheres analfabetas, da condição subalterna a que o sexo estava submetido. Mais do que os livros, foram os jornais e as revistas os primeiros e principais veículos da produção letrada feminina, que desde o início se configuraram em espaços de aglutinação, divulgação e resistência. A vinda da Família Real (1808) e as mudanças advindas proporcionaram novos costumes, entre eles a imprensa que passou a circular no Brasil.

A convivência com a corte e os novos costumes importados da Europa, como a etiqueta, o modismo, o gosto pela literatura, a imprensa se encarregou de difundir, proporcionando a elite novos padrões de comportamento mais “refinados” com os “valores civilizados”. As mulheres foram especialmente beneficiadas, a imprensa feminina no Brasil que passou a circular no século XIX contribuiu no seu letramento. Diferente da imprensa feminista, esses periódicos traziam assuntos relacionados ao que se considerava na época como “universo feminino”, enquanto a feminista protestava contra a opressão e exigia a ampliação de direitos civis e políticos. Ambas tiveram participação decisiva na intelectualização da mulher e na construção cultural e discursiva de sua identidade (DUARTE, 2016).

Os primeiros títulos dos jornais e revistas femininas se relacionavam ao campo da educação, revelando a ideologia patriarcal que os dominava, por exemplo, os nomes Mentor, Farol e Manual, eram comuns. Sendo que eles se colocavam acima das mulheres e como guias responsáveis pela mudança de seu *status quo*, em sua maioria, esses periódicos eram criados por homens no intuito de “guia-las”. As primeiras iniciativas comandadas por mulheres que se tem notícia foram a partir de 1833, como em Porto Alegre, criada por Maria Josefa Barreto sob o título de *Belona Irada contra os sectários de Momo*. Sendo a mais conhecida iniciativa feminina a do *Jornal das Senhoras* de 1852, criado por Joana Paula Manso de Noronha, no Rio de Janeiro.

A partir dos anos 1870, os órgãos feministas se multiplicaram, minimizando o isolamento das mulheres, divulgando as conquistas e realizando uma rede de apoio e intercâmbio entre elas. Poucos jornais tiveram uma duração longa, em sua maioria, tiveram pouca longevidade, porém, isso não diminuiu o impacto social deles. Em 1879 foi permitido as mulheres o acesso as universidades, sendo essa decisão reflexo dessas reivindicações.

Para citar alguns desses periódicos que discutiam sobre os direitos das mulheres temos: *O Sexo Feminino* (1873-1889), *O Domingo* (1873-1875), *Echo das Damas* (1879-1888), *A Família* (1888-1897), *O Iris* (1875-1876), *O Porvir* (1877), *A Mulher* (1881-1883), *A Sensitiva* (1881), *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* (1889-1890), *A Mensageira*

(1897-1900). Alguns deles conseguiram obter uma boa repercussão e longevidade, outros duraram menos, devido as dificuldades de se manter um periódico em circulação nesse período.

Um dos mais expressivos e de grande circulação foi o periódico *A Família*. Ele surgiu na cidade de São Paulo em 1888 e foi transferido para o Rio de Janeiro em 1889, onde circulou até 1897. Com oito páginas, divididas em três colunas, tinha como subtítulo “Jornal Literário Dedicado à Educação da Mãe de Família”. O jornal se destaca pela sua preocupação com assuntos relacionados a emancipação feminina, por questionar a tutela masculina e observar as transformações ocorridas em detrimento dessas pautas. Logo na sua primeira edição deixa claro suas intenções:

Até hoje têm os homens mantido o falso e funesto princípio de nossa inferioridade. Mas nós não somos a eles inferiores porque somos suas semelhantes, embora de sexo diverso. Temos, segundo a nossa natureza, funções especiais, como eles, pela mesma razão as tem. Mas isso não é razão de inferioridade, porque essa traz o animal na escala natural de suas aptidões. Portanto, em tudo devemos competir com os homens – no governo da família, como na direção do estado. (*A Família*, São Paulo, ano I, n. 1, 18 nov. 1888, p. 1).

A responsável por esse periódico foi Josephina Álvares de Azevedo, escritora e jornalista, pouco se sabe sobre ela. Ela incentivava as mulheres a se organizarem em grupos, associações e que atuassem em prol dos direitos da mulher, exigindo mudanças radicais na sociedade.

Outro periódico que circulou nas últimas décadas do século XIX em prol da luta feminista foi *O Iris*, publicado na cidade do Natal no Rio Grande do Norte, circulou entre os anos de 1875 a 1876, ao que se se tem notícia. Tinha como subtítulo “Periódico Bimensal, Dedicado a Causa do Progresso Feminino”. Com quatro páginas, divididas em duas partes, “Filosófica” e “Literária”, era dirigida por Joaquim Fagundes. Apesar de não ser uma mulher a responsável pelo empreendimento, tinha como principal objetivo defender a causa progressista em favor dos direitos e emancipação da mulher.

A reivindicação dos direitos políticos da mulher já hoje não é mais um fato imaginário, utópico; não, hoje é um fato que ocupa a atenção da sociedade e que se discute com afã na pugna científica.

Nobilitar a mulher é um grande ponto convergente das disputas sociais e será a grande obra que erguerá muito alto a humanidade.

A sociedade precisa da mulher, e precisa muito, sem ela não pode existir, e sem que lhe restitua todos os seus direitos não pode conquistar a terra almejada. (*O Iris*, Natal, ano I, n. 7, 10 nov. 1875, p. 2)

O mais interessante ao analisarmos esse periódico é que ele teve sua publicação em uma das menores capitais do país, que nesse período tinha uma população muito pequena. Durante a pesquisa desse trabalho nos deparamos com periódicos feministas em diferentes

lugares do país. As mulheres nesse período já se mobilizavam da forma que podiam, sendo a escrita uma das mais importantes ferramentas. Elas procuravam “restituir” o espaço seus por direito, mas que lhes fora negado durante muito tempo, o da cidadania. Defendiam a sua posição como companheiras e não inferiores aos homens, independente das diferenças sociais e culturais concebidas entre eles.

Se no século XIX já havia mulheres e homens defendendo os direitos à “emancipação feminina”, é no século XX que essas reivindicações se intensificariam. As mulheres começaram a se organizar e criar estratégias para a conquista de alguns direitos, como veremos em relação a luta pelo voto.

O SUFRAGISMO À BRASILEIRA NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1890-1934)

Considerada por pesquisadores(as) como a primeira fase do feminismo no Brasil, o movimento que se instaurou durante a primeira metade do século XX teve como uma das suas características a luta pelo direito ao voto e pela representação política. As lutas e práticas em torno das causas e ideário da “emancipação feminina”, estavam relacionadas à questão da participação política, da educação e do trabalho fora do lar. No entanto, havia muita resistência em relação as mulheres ocuparem cargos de poder.

Por causa do caráter personalista do movimento, suas reivindicações estavam ligadas a personalidades femininas que apareciam reivindicando direitos. De acordo com Celí Regina Pinto (2003, p.14), “algumas dessas manifestações são organizadas, outras são vozes solitárias de mulheres que se rebelam contra as condições em que viviam na época”. Encontramos nesse período algumas lideranças femininas que se organizaram junto a outras mulheres e criaram estratégias para que suas ideias fossem consideradas entre os políticos da época.

Apesar dos termos “feminismo” e “feminista” serem conhecidos no Brasil, pouco eles eram empregados, em razão da forte carga de preconceito e do pouco conhecimento a respeito (HAHNER, 2003). Devido a isso, muitas mulheres se recusavam a serem assim nomeadas. Algumas preferiam usar termos relacionados aos “direitos das mulheres” ou “movimento feminino”. A imagem das sufragistas inglesas e americanas que chegava ao Brasil nesse momento era de que elas eram “radicais”, “violentas”, “antagonista dos homens”, “invejosas”, “viragos”, ou seja, de forma depreciativa. Em meio a essas críticas, muitas dessas mulheres tentavam desvencilhar o feminismo dessas imagens, afirmando que o direito à educação, ao trabalho e ao voto não modificariam as relações sociais vigentes, e que apesar da

maior participação das mulheres em espaços públicos, suas “atribuições naturais” como a maternidade, o cuidado com o lar, o casamento, permaneceriam iguais.

Segundo Celí Regina Pinto (2003) nesse feminismo de primeira onda é possível identificar três vertentes diferentes no movimento. A primeira delas é liderada por Bertha Lutz², mais organizada, tem como questão central a incorporação da mulher como sujeito portador de direitos políticos. Esse é um movimento que chega a ter alcance nacional, porém possui limites, nunca define a posição da exclusão da mulher, sendo uma luta pela inclusão, no entanto não se apresenta como alteração nas relações de gênero. Por isso, Celí Regina Pinto o denomina como *feminismo bem-comportado*, por não romper com os padrões de gênero.

A segunda vertente seria um *feminismo difuso*, ele se expressava através da imprensa feminista alternativa. Preocupadas ou não com os direitos políticos, essas mulheres têm um campo mais vasto de questões, defendem a educação da mulher e falam em dominação dos homens e no interesse deles em deixar a mulher fora do mundo público, chegando a tocar em questões delicadas para a época como sexualidade e divórcio.

A terceira vertente, a autora define como *feminismo malcomportado*, liderado por Maria Lacerda de Moura³, estava vinculado ao *Movimento Anarquista* e, posteriormente, ao *Partido Comunista*. Defendia a liberação da mulher de forma “radical”, levantando questões acerca da exploração do trabalho feminino, do amor livre e do controle da natalidade.

Durante a constituinte republicana de 1891 a questão do voto feminino foi discutida, tendo como defensores Nilo Peçanha, Epitácio Pessoa e Hermes da Fonseca. O projeto foi discutido, mas não foi aprovado, apesar das reivindicações, as mulheres não tiveram garantia desse direito. No entanto, também não as proibiu explicitamente. Devido à ambiguidade da lei que esclarecia que podiam votar os “cidadãos brasileiros”⁴, algumas mulheres tentaram exercer o direito ao voto e a eleição, porém, foram indeferidas, entre elas, Leolinda Daltro⁵,

² Bertha Lutz (1894-1976), foi o nome mais expressivo desse feminismo de primeira onda que marca as primeiras décadas do século XX no Brasil. Em 1918 retornou da Europa, onde estudou, sendo a segunda mulher a entrar no serviço público no Brasil. Em 1922 criou a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF).

³ Maria Lacerda de Moura (1887-1945) nasceu em Minas Gerais. Era de uma família modesta, foi uma ativista anarquista, radical e professora, autora de muitos livros nos quais expôs suas ideias feministas, que iam desde questões relacionadas a participação política até a defesa do amor livre e da educação sexual.

⁴ Esse “esquecimento” não foi coincidência, segundo Celí Regina Pinto (2003), as mulheres nem sequer foram citadas entre os excluídos ao sufrágio na constituição de 1891, naquela época não se acreditava que a mulher tivesse direitos políticos, muito menos votar e ser votada.

⁵ Leolinda Daltro (1859-1935) foi professora, em 1909 requereu o alistamento eleitoral, porém foi rejeitada, por isso foi uma das fundadoras do Partido Republicano Feminino em 1910. Tendo sua história fora do comum, criou cinco filhos separada do marido e, a partir de 1895, percorreu o interior do Brasil, passando por Minas Gerais e Goiás, chegando à fronteira do Maranhão, em uma cruzada em defesa dos índios, contra o extermínio e o autoritarismo da catequese.

que, não satisfeita, fundou em 1910 o *Partido Republicano Feminino*, a fim de ressurgir no Congresso o debate sobre o voto feminino. Em 1917, organizou uma passeata com 84 mulheres no Rio de Janeiro, surpreendendo a todos, o que contribuiu para que no mesmo ano o deputado Maurício de Lacerda apresentasse na Câmara um projeto de lei sobre o sufrágio feminino, entretanto o projeto nem chegou a ser discutido (PINTO, 2003; SOIHET, 2012). Essas não foram as únicas tentativas de mulheres reivindicando o direito ao voto nesse período, mas não obtiveram êxito.

Essas mulheres que tentaram se candidatar e votarem, em sua maioria, eram mulheres da elite. Apesar de nesse período o país ser governado pelas oligarquias patriarcais rígidas, foi no interior delas que o feminismo nasceu. Para Celí Regina Pinto (2003, p. 17)

a tensão relevante no que diz respeito ao feminismo é a derivada de núcleos familiares de pais cultos: famílias de muitas posses algumas vezes produziam filhos eruditos, detentores de títulos universitários. Praticamente sem exceção, é dentro desses núcleos familiares diferenciados que surgiram as principais vozes femininas contrárias à opressão da mulher. Não havia nessas famílias condutas éticas diversas ou formas alternativas de pensar o papel da mulher, mas um ambiente distinto que possibilitou às filhas o acesso ao mundo culto da leitura e da valorização da educação.

No entanto, não foi o único ambiente de desenvolvimento das ideias feministas. O processo de urbanização, acompanhado do surgimento da camada média urbana e da classe operária, criou-se um “caldo de cultura” para o aparecimento de novas formas de organização da sociedade. O feminismo foi uma bandeira levantada também por essas mulheres, que muitas vezes estavam associadas ao *Anarquismo*, e posteriormente, ao *Comunismo*.

A Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF)

Bertha Lutz após voltar de sua estadia na Europa em 1918 dera início a sua “campanha pela emancipação feminina”. Filha de uma enfermeira inglesa e de um dos mais importantes cientistas brasileiros de seu tempo Adolfo Lutz. Estudou em Paris, formando-se em Biologia pela Universidade de Sorbonne. Ela foi um dos nomes mais conhecidos do feminismo do início do século XX. Após sua chegada percebeu as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no Brasil, e por sua aproximação com as sufragistas inglesas e francesas, começou a se engajar na causa feminista. Junto a Maria Lacerda de Moura em 1920 uniram-se para criar a *Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher*. Essa entidade funcionaria como um grupo de estudos, entretanto, não demorou para que as duas divergissem. Maria Lacerda de Moura discordava da prioridade dada a luta pelo voto, considerando que este só beneficiaria as mulheres dos segmentos médios. Ela se preocupava com questões

extremamente polêmicas para a época como a sexualidade, o corpo e, também, sua adesão ao anarquismo (SOIHET, 2012).

Em 1922, ao retornar dos EUA, Bertha Lutz organizou o *I Congresso Internacional Feminista*, ocorrido no Rio de Janeiro. Na mesma ocasião surgia a *Federação para o Progresso Feminino* (FBPF), a mais reconhecida organização em defesa dos direitos da mulher nesse período. A luta da FBPF teria alcance nacional, chegando a criar correspondentes em alguns estados brasileiros. Há notícias da criação de correspondentes nos estados de Minas Gerais, Bahia, São Paulo, Ceará, Rio Grande do Norte e na Paraíba (PINTO, 2003). O foco da federação era o voto, encontrando eco entre alguns políticos. Elas realizaram vários eventos ao longo da década de 1920, tendo, inclusive, participado da campanha para governador de Juvenal Lamartine (1874-1956) no Rio Grande do Norte, onde ele, caso fosse eleito, garantiria a implementação do voto feminino. As mulheres que participavam da FBPF, em sua maioria, eram moças abastadas, filhas de intelectuais, políticos, militares, médicos, advogados, engenheiros, por isso conseguiram exercer alguma influência.

Para muito além da federação

Na campanha pelo voto, a luta não se restringiu exclusivamente a FBPF. Houve diversas formas de luta e resistência, como as sucessivas tentativas de algumas mulheres se alistarem como eleitoras e candidatas, sem nenhuma delas estarem filiadas à federação. Por exemplo, Elvira Komel (1906-1932) que se tornou a primeira mulher mineira eleitora em 1928. Com apenas 23 anos abriu a primeira banca de advocacia em Belo Horizonte, envolvendo-se em movimentos contra a oligarquia dominante na região. Durante a *Revolução de 1930*, Elvira criou o *Batalhão Feminino João Pessoa*, alistando 8.000 mulheres que trabalhavam na retaguarda do movimento revolucionário. Outra jovem que também transgrediu as normas foi Julia Alves Barbosa (1898-1943). Em 1927, na cidade de Natal, requereu o alistamento e com sucesso o conseguiu após alegar em uma audiência ter qualificação de maior, solteira e com rendimentos próprios, portanto, apta a exercer a cidadania. Tendo esta audiência chamado a atenção da cidade e contribuindo para que outras 16 mulheres também tivessem o direito de votar (PINTO, 2003).

Além disso, o jornalismo também foi uma das ferramentas mais utilizadas pelas feministas, suas atividades se espalharam pelo país, não apenas através da imprensa feminina, mas em jornais de circulação tradicionais e em pequenos jornais locais. Com o aumento de mulheres escritoras e sua inserção nesses periódicos, muitas puderam usar esse material para

expressar suas opiniões, apesar do receio de algumas delas. Algumas preferiam falar sobre esses assuntos através do anonimato ou até mesmo em meio a poesias, contos, de forma discreta.

Outra expressão do feminismo foi o anarquista, representando a classe operária feminina. Com a vinda de imigrantes europeus para o Brasil, muitos se tornaram operários na nascente indústria paulista e carioca. O ideário anarquista contribuiu para radicalizar o debate sobre a questão da exploração do trabalho pelos capitalistas. Possuindo também uma imprensa anarquista bem ativa, na qual a colaboração feminina era uma constante. Elas questionavam a desigualdade enfrentada pelas mulheres nas fábricas. Possivelmente, segundo Celí Regina Pinto (2003), a primeira manifestação de mulheres próximas do anarquismo apareceu no início do século XX, em um texto distribuído pela *União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas do Rio de Janeiro*.

O manifesto é particularmente ilustrativo da posição das mulheres, apontando para a ideia da impossibilidade de se chegar a igualdade sem o reconhecimento da desigualdade particularizada da mulher na fábrica. Essas mulheres, no início do século XX, anteciparam uma luta que só ganha espaço e legitimidade no fim do século, a do reconhecimento da especificidade da opressão, isto é, que os oprimidos não são oprimidos da mesma forma. Que ser mulher, ser negro ou pertencer a qualquer outra minoria traz uma carga a mais em relação a ser homem e ser branco. Essas anarquistas, na contramão dos movimentos libertários da época, chamavam a atenção para as diferenças. (PINTO, 2003, p. 35)

Maria Lacerda de Moura, o nome mais conhecido do feminismo anarquista, fazia críticas ferrenhas ao feminismo de Bertha Lutz e suas companheiras. Ela acreditava que o direito ao voto não traria a “emancipação da mulher” e que essa ação só traria benefícios para as mulheres da elite. Além de que, a conquista dos direitos políticos não seria suficiente para modificar a estrutura de opressão sobre a mulher. De fato, a conquista do voto não foi suficiente em proporcionar a mulher a sonhada “emancipação”, os obstáculos eram muito maiores, porém, a conquista do voto permite compreendermos como foram bem organizadas as ações dessas mulheres, e como por meio dele, elas puderam conquistar outros direitos.

A conquista do voto

A luta pelo voto da FBPF prolongou-se por toda a década de 1920 e início de 1930. As ações foram as mais diversas. Bertha Lutz e suas companheiras pressionavam governantes e políticos em prol da causa das mulheres, porém, suas reivindicações apenas alcançaram um importante aliado nas eleições de 1927. Quando Juvenal Lamartine se candidatou para o governo do Rio Grande do Norte adquiriu um novo impulso a campanha do

voto. Ele utilizou essa causa como uma das suas principais propostas políticas durante as eleições, sendo que, ele conseguiu antes de ocupar o poder, incluir no estado um dispositivo estabelecendo igualdade de direitos políticos para os dois sexos.

Segundo Juliana Maia Mendes (2016) tendo, enfim, entrado em vigor a tão sonhada lei, Juvenal Lamartine se esforça para que a notícia de sua grande conquista seja espalhada. Ela foi divulgada em todo o Brasil e também fora do país, na Europa e Estados Unidos. Logo que a lei eleitoral entra em vigor, mulheres em todo o Estado comparecem ao alistamento eleitoral. A partir de novembro de 1927, os jornais passam a fazer campanha em suas páginas para o alistamento eleitoral feminino no estado. Tanto no *A República* quanto no *O Mossoroense* (jornais de grande circulação no estado do Rio Grande do Norte), aparecem anúncios convocando-as a se alistarem. Foi esta eleição, inclusive, que consagrou a primeira mulher eleita para um cargo executivo no Brasil e na América Latina, Alzira Soriano, eleita prefeita do município de Lajes. Além disso, publicaram reportagens e entrevistas com algumas das novas eleitoras, especialmente Celina Vianna, considerada a primeira mulher na América Latina a ter conquistado o direito de votar.

Celina Vianna viajou junto de Bertha Lutz por todo o Estado para divulgar a novidade, tornando-se porta-voz do feminismo potiguar. Fez, inclusive, incursões pelo Brasil e foi entrevistada por jornais do país afora. Muitos foram os telegramas despachados, os jornais notificados e as pessoas influentes informadas da novidade ocorrida no pequeno estado brasileiro. Tendo sido positiva a resposta de jornais em outros estados e em outros países. O caso potiguar reinflama a discussão no Brasil. Dentro do Estado também não é diferente e os meses seguintes mostram páginas recheadas de notícias, telegramas, notas e anúncios feministas e sobre o feminismo, especialmente sobre os trâmites do projeto de lei nº 102, essa que possibilitaria o voto feminino em todo o país, porém, apesar de toda a comoção, o projeto foi novamente engavetado (MENDES, 2016).

Após o golpe de Estado liderado por Getúlio Vargas com o apoio da sociedade civil, tradicionalmente conhecido como a Revolução de 1930, apesar das controvérsias e críticas em torno dessa nomenclatura, o sufrágio feminino voltou para a discussão. A fim de atender a uma das principais reivindicações da *Aliança Liberal*, Vargas nomeara uma comissão para criar uma nova lei eleitoral. E, apesar da pressão das feministas, o anteprojeto estabelecia inúmeras restrições ao voto feminino. Após fortes protestos a essas limitações, foi promulgado o Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro 1932 que estabeleceu o voto feminino e o voto secreto. E, depois, foi incorporado à Constituição de 1934 no artigo 108. Todo o trabalho

desenvolvido pela Assembleia Constituinte foi atentamente acompanhado pela liderança feminista da FBPF, no sentido de evitar qualquer retrocesso nas conquistas obtidas.

O feminismo não encerrou sua atuação após a conquista do voto, ao longo da década de 1930 muitas associações feministas continuaram sua campanha pela igualdade e garantia de mais direitos as mulheres. Bertha Lutz continuou suas ações em prol dessa causa, principalmente devido a fragilidade da conquista de certos direitos, pois mesmo que elas pudessem votar, ainda havia outras questões que contribuía para a sua opressão. De acordo com Rachel Soihet (2013) sua postura era uma das mais arrojadas quanto aos direitos civis da mulher, reivindicava também mudanças no Código Civil e no Código Penal que estabelecessem igualdade de tratamento para homens e mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao olharmos retrospectivamente para esses eventos, percebemos o contraste deles em relação ao movimento feminista hoje, que discute questões mais abrangentes em relação a dominação masculina e a desigualdade de gênero. Porém, ao mesmo tempo, há uma certa atualidade nas pautas levantadas por essas mulheres, isso é devido as contradições existentes ainda na nossa sociedade em relação a igualdade. Apesar de todas as conquistas, ainda existe um abismo entre homens e mulheres no que diz respeito as mesmas oportunidades e responsabilidades.

Algumas historiadoras tecem críticas em relação a atuação do feminismo de Bertha Lutz e suas companheiras. Segundo Rachel Soihet (2013), as brasilianistas Susan K. Besse (1999) e June Hahner (2003) afirmam que as referidas feministas buscaram transformar as mulheres em ativas “colaboradoras” dos homens, evitando assumir posições ou adotar táticas que fossem interpretadas como “segregacionistas”. Aceitando os valores e as normas da sociedade capitalista burguesa, na verdade, teriam ajudado às mulheres a nela se integrarem mais plenamente. Embora individual e coletivamente, as mulheres dos seguimentos médios e elevados colhessem benefícios, para a maioria das mulheres pobres os ganhos teriam sido inexistentes. Em suma, as feministas contribuía para fortalecer e legitimar a nova ordem burguesa, em que pese a conquista de alguns direitos.

Branca Moreira Alves (1980) também critica esse movimento e sua ênfase atribuída ao papel das mulheres como mães e colaboradoras dos homens para justificar a importância na aquisição de direitos. Na sua perspectiva, a conquista do voto não alterou a condição da mulher, nem questionou as raízes da sua inferiorização. Em resposta a essas

críticas, Rachel Soihet (2013) defende que é preciso ter cuidado com anacronismos, ou seja, analisar um outro contexto histórico com os parâmetros do presente. Ao discordar, ela afirma que, na verdade, essas mulheres utilizavam essas justificativas como tática. Apesar de reverenciarem as regras estabelecidas, buscavam perseguir objetivos próprios. Nesse sentido, muitas dessas mulheres utilizavam as características tidas como “femininas”, como a maternidade, a feminilidade, a submissão, a fragilidade, o lar, para justificar a aquisição de direitos. Não questionavam a ordem vigente por receio, para não perderem o pouco apoio que tinham. Assim, usavam as “armas” que possuíam para conquistar seus objetivos.

É importante salientarmos que apesar das transformações no comportamento feminino e uma maior atuação de mulheres na luta por direitos, em contrapartida, o antifeminismo era ferrenho. Simone Costa (2015) afirma que assumir-se feminista, no início do século XX, era estar preparada para todos os embates, saber se defender de todas as palavras e manifestações antifeministas e preconceituosas que incidiam sobre aquelas, que se colocavam publicamente em prol dos direitos das mulheres. Era não se importar com os estereótipos de “mulher homem”, homossexual, feia, revoltada, solteirona, fracassada, inimiga dos homens e outras tantas denominações que elas eram obrigadas a carregar. Revistas e jornais da época buscavam ridicularizar as feministas publicamente através de discursos, charges, piadas, chacotas e outros métodos, com o propósito de desmoralizar o movimento.

O constrangimento dessas mulheres pela imprensa demonstra o forte conservadorismo que buscava barrar as transformações no comportamento dessas mulheres. Esse antifeminismo aparecia através da zombaria, mas também, marcado por argumentos acerca das aptidões “naturais” dos sexos, pela defesa da feminilidade, pela ordem natural das coisas, sendo comum aparecerem em nome da defesa da família e das crianças. Muitas mulheres não conseguiam se identificar com o feminismo devido aos estereótipos e estigmas a ele associados, apesar de concordarem com algumas de suas reivindicações. Sendo que, essas representações serviam para enfraquecer o movimento e projetar uma má reputação sobre essas mulheres.

Infelizmente, ainda hoje essas imagens e estereótipos sobre elas se perpetuam, sendo responsáveis em construir um estigma negativo sobre essas mulheres e suas demandas. Apesar de algumas discussões feministas estarem se popularizando e ganhando espaço em diferentes mídias, como a internet, os discursos antifeministas também se disseminam por essas mídias, vinculando as feministas às imagens pejorativas e colocando-as no lugar do ridículo e do grotesco. Fazendo com que muitas mulheres tenham resistência ao feminismo e reproduzam esses preconceitos.

Apesar das poucas conquistas do feminismo nesse período e a permanência das desigualdades, dentro do contexto em que faziam parte, as aquisições de direitos, como o voto, foram grandes conquistas para as mulheres. Além de que, a luta não se encerrou a partir disso, elas continuaram resistindo e outras pautas foram sendo acrescentadas. Com esse breve artigo pôde-se discutir, por meio da bibliografia sobre o tema e de algumas fontes, a trajetória do feminismo, mais precisamente no século XIX e início do século XX. Em suma, foi possível refletir sobre como as mulheres lutaram por direitos apesar das dificuldades enfrentadas por elas em seu tempo, conhecer mais sobre esse movimento e entender o porquê de sua importância.

PERIÓDICOS

AZEVEDO, Josephina Alvares de. A Família. **A Família**, São Paulo, ano I, n. 1, 18 nov. 1888, p. 1.

O IRIS, Natal, ano I, n. 7, 10 nov. 1875, p. 2.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia & Feminismo**. A luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.

ANDRADE, Andreza de Oliveira; SANTOS, Luana Paula Moreira. Feminismos, gênero e seus (des)caminhos: nuances de uma epistemologia sócio-histórica. IN: ANDRADE, Andreza de Oliveira et. al. **Feminismos, gênero e sexualidade**: Diálogos Contemporâneos. Mossoró: Edições UERN, 2016, pp. 21-45.

BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade**. Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil. 1914-1940. São Paulo: Edusp, 1999.

COSTA, Simone da Silva. **Feminismo e Igreja Católica**: Uma análise sobre a elaboração e práticas discursivas na Paraíba (1910-1940). Tese de Doutorado em História, PPGH-UFPE, Recife, 21 de janeiro de 2015.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil**: Século XIX: Dicionário Ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

_____. **Nísia Floresta, a primeira feminista do Brasil**. Florianópolis: Mulheres, 2005.

GONÇALVES, Andréa Lisly. Militância Feminista. In: _____. **História e Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HAHNER, June H. **Emancipação do sexo feminino**: a luta pelos direitos da mulher no Brasil (1890-1940). Florianópolis: Editora Mulheres: Ediunisc, 2003.

MENDES, Juliana Maia. **As porteiras foram abertas:** Cidadania e sufrágio feminino no Rio Grande do Norte. Monografia de graduação em História, Natal, UFRN, s/d, 2016.

MOREIRA, Miriam Leite. **Outra face do feminismo:** Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Ática, 1984.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres.** São Paulo: Editora Contexto, 2007.

PINTO, Celí Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil.** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

RODRIGUES, João Batista Cascudo. **A Mulher Brasileira.** Direitos políticos e civis. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Editora Contexto, 2012, pp. 2018-237.

_____. O feminismo de Bertha Lutz: Conquistas e controvérsias. In: SOIHET, Rachel. **Feminismos e antifeminismos:** mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: 7letras, 2013, pp. 55-122.

SOUZA, Vitória Diniz de. **Megeras, Agressivas e Revoltadas:** Uma análise dos discursos antifeministas na imprensa paraibana nos anos 1920. Monografia de graduação em História, UEPB, Guarabira, 14 de novembro de 2017.

WOOLF, Virgínia. **Um teto todo seu.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.